



A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras

*The relationship between actors and their impacts: the case of tourism in
brazilian indigenous communities*

*La relación entre actores y sus impactos: el caso del turismo en las
comunidades indígenas brasileñas*

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n2.2018.1235>

Sandra Dalila Corbari < corbari91@hotmail.com >

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, PR, Brasil

Miguel Bahl < migbahl@ufpr.br >

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, PR, Brasil

Silvana do Rocio de Souza < silvanasouza.tur@gmail.com >

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, PR, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 29-jan-2016

Aceite: 19-fev-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. R. A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 5-22, ago. 2018.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

A diferença cultural é chamariz para a atividade turística e as fronteiras simbólicas permeiam as relações entre os visitantes e visitados. Conforme essas relações são tecidas, impactos sociais e culturais podem ocorrer mais facilmente e expressivamente. Não obstante, ainda que seja inegável a responsabilidade da atividade turística no aceleração das alterações socioculturais, faz-se necessário verificar quais outros agentes também interferem. É nesse sentido que se buscou discorrer acerca da relação entre os visitantes e visitados, bem como averiguar como os pesquisadores brasileiros perceberam essa relação nas comunidades indígenas. Para isso, realizou-se uma pesquisa em teses e dissertações brasileiras envolvendo turismo em comunidades indígenas, publicadas entre 1999 e 2012. Constatou-se que, embora não seja um fato homogêneo, os turistas interagiam de forma superficial ou não interagiam, além de se caracterizarem potenciais causadores de impactos socioculturais. No entanto, outros atores (Estado, iniciativa privada e comunidade local não indígena) também mantinham relações com as comunidades indígenas, algumas vezes, de formas harmoniosas e, em outras, conflituosas.

Palavras-chave: Turismo. Visitantes e visitados. Impactos socioculturais. Comunidades indígenas. Brasil.

ABSTRACT

The cultural difference is attractive for the tourist activity and the symbolic borders permeate the relations between the guest and hosts. Depending on how these relationships are constructed, social and cultural impacts can occur more easily and expressively. However, although the responsibility of the tourist activity in the acceleration of the socio-cultural changes is undeniable, it is necessary to verify which other agents also interfere in this process. Thus, this article aims to discuss the relationship between guest and hosts, as well as to investigate how Brazilian researchers perceived this relationship in indigenous communities. For that, a research was carried out on Brazilian master's thesis and doctoral dissertations involving tourism in indigenous communities, published between 1999 and 2012. It was verified that, although it is not a homogeneous fact, the tourists interacted superficially or did not interact, besides potential causes of sociocultural impacts. However, other actors (state, private enterprise, non-indigenous local community) also maintained relations with indigenous communities, sometimes in a harmonious and sometimes conflictive way.

Keywords: Tourism. Guest and hosts. Socio-cultural impacts. Indigenous communities. Brazil.

RESUMEN

La diferencia cultural es un atractivo para la actividad turística y las fronteras simbólicas permean las relaciones entre los visitantes y visitados. Conforme estas relaciones son tejidas, impactos sociales o culturales pueden ocurrir más fácilmente y expresivamente. No obstante, aunque sea innegable la responsabilidad de la actividad turística en el aceleramiento de las alteraciones socioculturales, es necesario verificar qué otros actores también interfieren. Es en esse sentido que se buscó discurrir acerca de la relación entre los visitantes y los visitados, así como averiguar cómo los investigadores brasileños percibieron esa relación en las comunidades indígenas. Para eso, se realizó una investigación em tesis de maestria y tesis doctorales brasileñas que tenían como objeto el turismo en comunidades indígenas y que fueron publicadas entre los años de 1999 y 2012. Se constato que, aunque no es algo homogêneo, los turistas interactuaban de forma superficial o no interactuaban, además de ser potenciales causantes de impactos socioculturales. Sin embargo, otros actores (el Estado, la iniciativa privada, las comunidades locales no indígenas) también mantenían relaciones con las comunidades indígenas, algunas veces, de forma armoniosa y, en otras, conflictivas.

Palabras clave: Turismo. Visitantes y visitados. Impactos socioculturales. Comunidades indígenas. Brasil.

INTRODUÇÃO

As diferentes culturas são um chamariz para a atividade e, por outro lado, essa “diferença” ressalta a importância em preocupar-se com possíveis impactos sociais e culturais ocasionados pelo turismo. As fronteiras simbólicas das comunidades podem gerar atribuição de características estereotipadas e grosseiras a determinados grupos.

Por outro lado, a cultura é dinâmica, os grupos sociais sofrem influência externa e se modificam constantemente. Nos estudos do turismo, principalmente nos de caráter antropológico, as mudanças culturais têm sido uma preocupação constante (GRÜNEWALD, 1999). Alguns autores, como Santana Talavera (2003), defendem que o contato, direto ou indireto, dos grupos envolvidos no sistema turístico conduz, inevitavelmente, à “aculturação”, outros, como Cuhe (1999), defendem que as relações contínuas de longa duração entre grupos étnicos, tal qual acontece no turismo, não levam necessariamente ao desaparecimento de diferenças culturais; ao contrário.

Turistas, empresários, conquistadores, governadores, educadores e missionários, vários são os agentes de contato entre as culturas que, direta ou indiretamente, induzem a alguma mudança, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas economicamente (NASH, 1989). No entanto, por vezes, recai no turista a culpabilização por alterações socioculturais que ocorrem nas comunidades visitadas.

Se, por um lado, aparentemente, são ignorados outros agentes de mudanças, por outro, é inegável que o desenvolvimento da atividade turística contribui para o aceleração dessas alterações. No entanto, fez-se importante verificar quais outros agentes mantinham relações com as comunidades indígenas e como essas relações impactavam sócio e culturalmente tais comunidades.

É nesse sentido que se buscou discorrer acerca da relação entre os visitados e os visitantes, bem como verificar a relação dessas comunidades e demais atores, como poder público, empresariado do município ou região e da população não indígena local. Destarte, o objetivo geral da pesquisa foi averiguar como os pesquisadores brasileiros haviam percebido a relação entre visitado e visitante nas comunidades indígenas por eles estudadas.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, sendo a primeira uma pesquisa bibliográfica para a construção de um marco teórico e a segunda uma análise documental, baseada em teses e dissertações brasileiras sobre o turismo envolvendo comunidades indígenas no País, publicadas entre 1999 e 2012¹. Esse material foi analisado por meio da técnica de análise de conteúdo, mais especificamente a análise de asserção avaliativa, e análise documental (BARDIN, 1977).

O presente texto apresenta a partir desta introdução a metodologia da pesquisa e a revisão de literatura abordando os temas sociedade, cultura e mudanças culturais. Na sequência, apresentam-se os dados obtidos com a análise documental e as considerações finais.

¹ Cabe destacar que no presente artigo não são citadas todas as dissertações e teses resultantes da busca, nem todos os trechos, mas os mais relevantes para a temática abordada no presente artigo científico.

Metodologia de pesquisa

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida com o objetivo de verificar como os pesquisadores percebiam a relação entre visitado e visitante, considerando o turismo nas comunidades indígenas brasileiras. Essas comunidades foram selecionadas por serem foco de estudos anteriores dos autores, ademais, o *corpus* de estudo foram as dissertações e teses sobre a temática turismo em áreas indígenas por critérios também quantitativos, uma vez que não seria viável uma pesquisa em toda a literatura sobre o turismo no Brasil.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira, utilizou-se o método bibliográfico, por meio do qual se construiu o marco teórico a partir da literatura sobre os temas pertinentes ao estudo proposto. Para isso, o debate centrou-se na relação entre visitantes e visitados e suas possíveis consequências, ou seja, os impactos resultantes desse contato. Para adentrar nesse tema, entendeu-se ser necessário abordar as sociedades, cultura, distinções culturais e fronteiras culturais, relações entre visitantes e visitados e suas problemáticas.

A segunda etapa, por sua vez, foi uma pesquisa documental, pautada no paradigma teórico-exploratório e descritivo. Nessa etapa, foram averiguadas, por meio da análise de conteúdo (utilizando-se da técnica de análise de avaliação) e da análise documental, teses e dissertações brasileiras sobre turismo envolvendo comunidades indígenas, publicadas no período de 1999 a 2012 e listadas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), escolhido por ser um banco de dados confiável e que, por receber pesquisas diretamente dos Programas de Pós-Graduação do Brasil, agregaria um número preciso de pesquisas sobre o tema. O período considerado para a coleta dos dados compreende o interstício entre os anos de publicação da pesquisa mais antiga e das mais atuais disponíveis, à época da consulta (2013 e 2014) no banco de dados supracitado. As consultas resultaram em um corpus formado por 15 estudos. Entretanto, no decorrer das análises, constatou-se que uma tese selecionada não se enquadrava no perfil delineado, de modo que o corpus final ficou constituído por 14 pesquisas.

Após a realização da pesquisa documental, os dados foram analisados com base nas técnicas de análise documental e de conteúdo, mais especificamente a *evaluative assertion analysis* (análise de asserção avaliativa), baseando-se em Bardin (1977), a qual tem por objetivo identificar significações conotativas e afetivas das palavras em três dimensões: bom/mal (avaliativa), forte/fraco (potência) e rápido/lento (atividade). Para a pesquisa foram utilizadas as duas primeiras dimensões citadas para compreender como os autores perceberam as relações no que tange a sua importância e impactos, em um *continuum* entre o positivo e o negativo e conforme a intensidade.

Cabe destacar que a pesquisa documental teve por objetivo verificar a existência ou não das informações necessárias, por isso, recorreram-se às duas técnicas por elas serem percebidas como complementares e por contribuírem para a extração do máximo de informações pertinentes à pesquisa. No entanto, a investigação teve a análise de conteúdo como base principal, constituindo a análise documental recurso complementar.

Fronteiras culturais: uma preocupação latente no turismo

Nas ciências sociais, diversas correntes de pensamento e formas de interpretação geram conceitos distintos de sociedade, comunidade e cultura. Para Hoebel e Frost (2008), por exemplo, as sociedades são

mais do que agregados humanos, são grupos de indivíduos unidos por um ou vários princípios comuns, que ocupam um espaço identificável (um território), apesar de suas fronteiras não serem fisicamente visíveis. Barth (2011), por sua vez, acrescenta que uma sociedade é uma entidade que rejeita e discrimina outras.

Já Geertz (1989), orientado pela antropologia hermenêutica, defende que a ampla variedade de diferenças entre os indivíduos, seja relativa a crenças e valores, seja relativa a costumes e instituições, é essencialmente sem significado ao definir sua natureza: ser um humano. Porém, esse estudioso aponta que a natureza humana constante, independente de tempo, lugar ou circunstância, pode ser uma ilusão, uma vez que o homem está muito envolvido com o “onde ele está”, “quem ele é” e “no que ele acredita”, o que são sentimentos que lhe são inerentes e o definem. Essa possibilidade dá margem ao surgimento do conceito de cultura.

Embora não seja o objetivo do presente artigo se aprofundar nesses conceitos, amplamente discutidos dentro das ciências sociais e de profunda complexidade, faz-se mister destacar a importância da cultura para o setor do turismo. As diferentes culturas são um chamariz para a atividade e, por outro lado, essa “diferença” ressalta a importância em preocupar-se com possíveis impactos sociais e culturais ocasionados pelo turismo.

Cohen (1985) aborda as fronteiras (*boundaries*) simbólicas das comunidades, que marcam o início e o fim de uma comunidade. O simbolismo se torna explícito durante e por meio de rituais, os quais confirmam e reforçam a identidade social e o sentimento de pertença social a um coletivo e, concomitantemente, aumenta a conscientização a respeito da fronteira, ou seja, da diferença entre os grupos (COHEN, 1985), fronteira a qual representa a “máscara” utilizada pela comunidade aos outros grupos, mas em seu interior a simbolização do limite é muito mais complexa, conforme destaca o autor. Destarte, podem ser atribuídas características estereotipadas e grosseiras a determinados grupos, que não condizem com o que de fato o referido grupo é (COHEN, 1985).

De modo semelhante a Cohen (1985), Bourdieu (1989) aborda uma característica importante para o conceito de cultura: a distinção. A mesma cultura que une, por meio da comunicação, separa como instrumento de distinção (BOURDIEU, 1989). Assim como afirmado por Cuche (1999), acredita-se que a cultura é uma produção histórica, uma construção a partir das relações entre os grupos sociais onde “o caráter da situação determinará se o jogo de distinção levará a valorizar e a acentuar tal conjunto de diferenças culturais mais do que outro” (CUCHE, 1999, p. 143). Não há, desse modo, culturas em “estado puro”, sem ter jamais sofrido influência externa, porque “cada coletividade, no interior de uma situação dada, pode ter a tentação de defender sua especificidade, fazendo um esforço através de diversos artifícios para convencer (e se convencer) que seu modelo cultural é original e lhe pertence” (CUCHE, 1999, p. 143).

No que se refere à identidade cultural, o autor supracitado destaca que todo grupo é dotado de uma identidade social, que é, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão, distinguindo o “nós” dos “outros”. Nesse sentido, a identidade cultural seria a modalidade de categorização da distinção entre “nós” e “eles”, desde a perspectiva cultural. Esse autor entende que o que cria a “fronteira” é a busca pela diferenciação e o uso de traços culturais para marcar a identidade; não há identidade em si e para si; a identidade existe em relação a uma outra, estando, assim, ligada à alteridade. Os traços culturais que definem essa fronteira, tais como as características dos grupos, podem sofrer alteração, mas há a manutenção da dicotomia entre “nós” e “os outros” (BARTH, 2011).

Nos estudos do turismo, principalmente nos de caráter antropológico, as mudanças culturais têm sido uma preocupação constante (GRÜNEWALD, 1999). Alguns autores, como Santana Talavera (2003), defendem que o contato, direto ou indireto, dos grupos envolvidos no sistema turístico conduz, inevitavelmente, à aculturação. Cuche (1999), por sua vez, defende que as relações contínuas de longa duração entre grupos étnicos, tal qual acontece no turismo, não levam necessariamente ao desaparecimento de diferenças culturais, ao contrário, tais relações são organizadas para manter essas diferenças, porque “as culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais” (CUCHE, 1999, p. 143).

Assim, o contato entre grupos étnicos provoca a acentuação das especificidades por meio de uma defesa simbólica das fronteiras identitárias. Nessa mesma direção, Barth (2011) aponta que, quando há a interação entre indivíduos de culturas diferentes, espera-se que as diferenças sejam reduzidas; no entanto, o que ocorre é a manutenção da fronteira. Destarte, buscou-se verificar como as relações entre visitantes e visitados ocorrem nas comunidades indígenas brasileiras – povos que mantêm uma fronteira étnica-cultural expressiva.

A relação entre visitantes e visitados no turismo

Turistas, empresários, conquistadores, governadores, educadores e missionários, vários são os agentes de contato entre as culturas que, direta ou indiretamente, induzem a alguma mudança, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas economicamente (NASH, 1989). Desse modo, percebe-se que não apenas os turistas são agentes de mudanças; há outros fatores e outros atores que contribuem para que haja alterações nas sociedades.

Faz-se mister levar em consideração que o turismo é uma atividade penetrada ou estruturada no poder para além da relação entre visitante e visitado. O envolvimento de múltiplos atores interessados na atividade, bem como as questões de acesso e controle dos recursos, distribuição de benefícios e custos oriundos do desenvolvimento do turismo implicam que o poder esteja no centro de quaisquer propostas de desenvolvimento turístico (NEPAL; SAARINEN; MCLEAN-PURDON, 2016).

No que tange às relações entre as comunidades receptoras e seus visitantes, cabe salientar que elas variam de caso para caso. Por isso, Barretto (2006) alerta que os pesquisadores precisam ter cautela quando forem feitas inferências, evitando generalizações. A autora acrescenta que são recorrentes os estudos que colocam os visitados como vítimas de “invasões” – embora não seja o objetivo do presente artigo eximir o turismo, ou mais especificamente os agentes envolvidos, da responsabilidade por impactos nos mais diversos âmbitos.

Barretto (2006, 2007) aborda que, quando os membros de uma sociedade receptora têm menor poder aquisitivo, apresentam menos avanços tecnológicos e ocupam um status inferior no cenário internacional que os seus visitantes, então o relacionamento entre eles será assimétrico, ou seja, a disputa por poder que permeia todas as relações no turismo, relatada por Nepal, Saarinen e McLean-Purdon (2016), é mais expressiva quanto maior a assimetria entre os envolvidos. No entanto, acredita-se que o relacionamento entre visitantes e visitados é sempre assimétrico. Bianchi (2009) aborda que o turismo produz e reproduz desigualdades entre os mercados e o destino, como exemplo o autor aponta o feminismo, ou seja, não importa o quão feminista uma mulher britânica seja, a relação entre ela e as mulheres trabalhadoras de Portugal será desigual. Se tal diferença entre países europeus é desigual, há que se refletir a desigualdade entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” e, mais ainda, entre turistas e comunidades marginalizadas dentro desses países.

Nesse sentido, é possível recorrer ao estudo de Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico. O autor aborda o espaço social como um sistema hierarquizado de poder e privilégios, baseado no capital econômico, cultural, social e simbólico. A posição de um indivíduo no espaço social é definida de acordo com os capitais adquiridos e incorporados por ele, e a arena onde ocorrem as disputas por poder é denominada pelo autor de “campo”. Esse estudioso não aborda o turismo em seus estudos, mas suas inferências poderiam ser aplicadas às relações entre visitantes e visitados, contexto em que se observa disparidade de capitais, principalmente o econômico, contribuindo para a diferenciação desses atores entre si.

Bourdieu (1989) define o poder simbólico como um poder invisível, somente mobilizado ou efetivado mediante o envolvimento de entes que se sujeitam ou produzem esse poder, de modo relacional. Cabe destacar que, assim como apontado por Bianchi (2009), o poder não é unidirecional ou exclusivamente associado ao turista, há inúmeras configurações e, por vezes, o turista pode ser o lado mais frágil da relação.

No que tange à relação entre os visitantes e os prestadores de serviços envolvidos na atividade turística, o relacionamento será sempre assimétrico, por mais que tenham a mesma formação cultural e consigam se relacionar, considerando que essa relação está pautada no tempo livre versus trabalho (BARRETTO, 2006, 2007; NASH, 1989), bem como na distinção entre produção e consumo (HARKIN, 1995). Por vezes, esse contato desencadeia sentimentos que podem variar do desejo de obter vantagens econômicas, à inveja e à raiva pelas questões de desigualdade (BARRETTO, 2006), bem como ressalta o fato de o turismo não estar facilmente ao alcance de todos (SANTANA TALAVERA, 2003); enquanto uma minoria explora o mundo, a maioria das pessoas não pode abandonar sua “aldeia” (MARTÍNEZ MAURI, 2012).

Van den Berghe e Keyes (1984) seguem a mesma linha de pensamento e acrescentam que a assimetria das relações não se assenta apenas em questões econômicas. Outros fatores enaltecem ainda mais a diferença entre visitantes e visitados, como a língua, a religião e a orientação política (KRIPPENDORF, 2001). O turista é inconsistente, vindo, geralmente, de sociedades de alto poder aquisitivo, promovendo o desejo na comunidade visitada de ter as mesmas condições que os turistas.

Mas essa assimetria, segundo os autores, também é pautada pela informação, o que favorece os “tourees”², que brincam e fazem um espetáculo de si mesmos para a diversão do turista (VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984). Esses estudiosos destacam ainda que os turistas estão abertos ao engano, à desconfiança e à exploração, pois são relativamente ignorantes quanto à realidade das comunidades visitadas.

Sobre essa dicotomia, Nash (1989) ressalta que o contato entre visitantes e visitados não é definido apenas pela estrangeira daqueles, mas também pela própria natureza do turismo. Desse modo, na condição de indivíduo que dispõe de tempo de lazer, o turista não tem a intenção de mudar o mundo, mas simplesmente “brincar” com ele, ou adquirir experiências a suas custas. Assim, tanto o turista quanto os envolvidos com a infraestrutura turística efetuam transações com a sociedade receptora, distinguindo-se esses atores por uma clara desigualdade de forças (NASH, 1989).

Esse autor destaca ainda que os forasteiros e seus anfitriões se tratam reciprocamente como pessoas, mas também como objetos e nos casos em que a diferença entre essas pessoas é grande, como, por

² A denominação “touree” é dada por Van den Berghe e Keyes (1984) ao nativo como um performer que modificou seu comportamento para tornar-se atrativo ao turista, fingindo sua arte, sua roupa, sua música, sua dança, sua religião, entre outros aspectos, para satisfazer a procura do turista por “autenticidade”.

exemplo, nas fases iniciais do colonialismo, esse tratamento pode dar origem à discriminação por parte dos colonizadores e a uma gama de reações por parte dos colonizados. Aqueles que tratam as outras pessoas como meros objetos têm maior probabilidade de se sentirem livres para atuar orientados por seus próprios interesses, ignorando os dos demais e, inclusive, seu padrão de vestimenta e o de comportamento são, frequentemente, distintos daqueles que o turista teria no próprio lugar de onde provém, ou seja, os comportamentos que são inibidos em sua localidade de origem passam a ter vazão no destino visitado (ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2005; NASH, 1989).

O turista não seria um mero espectador em movimento, ele se beneficiaria de um desejo particular que vem da consumação do espaço, se comunicando com os visitados por meio de algumas palavras e saudações cerimoniosas, por coitos psiquicamente encarados pelo olhar ou efetivamente realizados e pela compra de alguns objetos simbólicos, tidos como suvenires, por meio dos quais o turista se apropria magicamente do destino (GRABURN, 1989). Entende-se que, ao agir dessa forma, o turismo não ultrapassa a “região da fachada”, pelo sociólogo canadense Erving Goffman.

Goffman (1985, p. 29) utiliza o termo “representação” para se referir a “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência”. Conforme esse estudioso, tal representação demanda uma “fachada”, ou seja, um equipamento expressivo, padronizado intencional ou inconscientemente do qual determinado indivíduo se utiliza durante sua apresentação. Se essa analogia for pensada no âmbito do turismo, tem-se algo semelhante ao “toureé”. E, destarte, compreende-se que há certa dificuldade do visitante em romper a “região de fachada” e adentrar à “região de fundo”, embora esse aprofundamento não seja, necessariamente, uma das características das visitas turísticas.

Goffman (1985) parte do pressuposto de que a interação é estabelecida de acordo com uma definição prévia de papéis, hierarquias e expectativas existentes em cada encontro. Novamente relacionando ao turismo, entende-se que a relação entre os atores sociais difere conforme interesses, poder e, também, expectativas de cada um.

Destarte, compreende-se que as relações entre visitantes e anfitriões são complexas e não podem ser generalizadas, devendo ser levados em consideração as especificidades de cada comunidade receptora e o perfil de seus visitantes. Ademais, na literatura, aponta-se o estágio de desenvolvimento turístico do destino como um fator determinante das atitudes e das reações das comunidades visitadas em relação aos visitantes e aos demais agentes envolvidos na atividade turística. Mas, também, essa relação não deve ser vista como algo que precisa ser, obrigatoriamente, aprofundada, inclinada para uma experiência antropológica.

Na relação entre visitantes e visitados, tem-se três atores – e realidades – importantes: o visitado e o que ele pensa sobre o turista; o visitante e o que ele pensa sobre os visitados (no caso, os indígenas), bem como suas expectativas anteriores; e o interlocutor (no caso, os guias ou outros atores que se inter cruzam nessa relação).

As relações entre as comunidades indígenas e os visitantes: percepções de pesquisadores brasileiros

Nas teses e dissertações estudadas, foram relatadas realidades bastante diferentes entre si, porém, em todas as situações, os indígenas sofriam com algum tipo de estigma, seja pela expectativa dos turistas de encontrar indígenas que retratassem fielmente aqueles encontrados pelos europeus – conforme o termo usado por Lac (2005), “índios da televisão”, seja por esses indígenas serem vistos, por conta de diversas modificações socioculturais, como “não índios”, beirando à farsa, ao olhar do visitante.

Ao entrevistar um turista, Grünewald (1999) constatou que esse visitante acreditava que os Pataxó, etnia indígena que habita o sul do estado da Bahia, estavam “se fantasiando”. O autor observou, também, que os turistas brasileiros que visitavam a aldeia de Barra Velha, Porto Seguro, Bahia, saíam mais decepcionados que os estrangeiros, por acreditarem, ainda que não em sua totalidade, que se deparariam com os indígenas nus e com uma “aldeia típica”. Na Terra Indígena (TI) da Coroa Vermelha, Santa Cruz de Cabrália, Bahia, os guias (não indígenas) precisariam desmistificar a imagem estereotipada que se tem dos indígenas, pois, conforme relato de Grünewald (1999), os turistas demonstravam ter medo da interação com os visitados, inclusive de serem atacados com lança.

O medo também é relatado por Lac (2005), que constatou que os Kaingang da TI de Iraí, no município homônimo, eram conscientes desse sentimento por parte dos visitantes, e que seria por causa do temor de que os indígenas fossem cruéis ou violentos que os visitantes não desciam dos ônibus que os levavam até a comunidade. No caso da aldeia Marçal de Souza, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Lacerda (2004) identificou que os visitantes afirmaram não ter nenhum tipo de preconceito com os Terena, porém, o investigador observou que a maioria dos visitantes se penalizava diante da situação precária em que viviam os indígenas, imaginando ser esse um retrato da vida cotidiana dos indígenas.

As situações pareceram se repetir nas comunidades. Lac (2005) constatou, ao entrevistar turistas, que, apesar de apresentarem diferentes opiniões sobre os indígenas, todos os entrevistados, de maneira mais ou menos direta, reproduziam imagens e estereótipos que corroboraram a imagem do “bom selvagem”, ou então para a “consciência culpada”, ou seja, esses turistas também se penalizavam, tais quais os entrevistados por Lacerda (2004).

Nunes (2006) expõe, no que se refere à RI de Dourados, no município homônimo, que alguns turistas chegavam ao local sem saber que os indígenas falavam português, usavam roupas e outros produtos que, aparentemente, não eram aceitos pelos visitantes como sendo algo indígena. E, no caso da aldeia Puiwa Poho, os turistas saíam decepcionados, sem reconhecer a dinamicidade da cultura.

Lac (2005) ressalta, no entanto, que a visita é uma oportunidade para os turistas confrontarem suas imagens e seus estereótipos com a realidade, embora os indígenas defendam que a realidade deva ser confrontada por meio de conversa e convivência, e não apenas contemplação, como se verificou ocorrer, a propósito, em quase todas as iniciativas abordadas no corpus desta pesquisa.

Apesar dessa imagem do “bom selvagem” e de os visitantes esperarem encontrar “aldeias autênticas” – inclusive foi relatado por um dos entrevistados por Lac (2005) que os visitantes buscavam ver coisas que nunca viram –, havia uma dualidade de expectativa por parte dos turistas, uma vez que, assim como relatado pela investigadora citada, estes expressaram que algumas coisas deveriam ser mudadas nas comunidades indígenas que recebiam turistas, como, por exemplo, não cobrar por fotos, ter hábitos higiênicos similares aos visitantes, trabalhar mais, entre outros aspectos.

Além do fato de não levarem em consideração as especificidades socioculturais que levavam os indígenas a seguir esses padrões, os turistas buscavam, desse modo, uma padronização do turismo não condizente com a expectativa de encontrar uma aldeia típica, habitada por indígenas “autênticos”. Essa situação gera algumas atitudes por parte dos indígenas. No caso dos *Sateré-Mawé*, da comunidade *Sahu-Apé*, município de Iranduba, Amazonas (SANTOS, 2010), as reificações dos turistas geraram desconfortos na vida dos indígenas, principalmente quando se iniciaram as visitas, uma vez que os espaços “não poderiam” demonstrar nenhum aspecto de modernidade ou mudança cultural. Santos (2010) constatou que até mesmo fraldas, brinquedos e carrinhos de passeio das crianças eram ocultados para evitar questionamentos por parte dos visitantes e porque os guias aconselhavam a fazê-lo.

Porém, não apenas pessoas que vivem distantes dessas comunidades têm esse estereótipo. Baggio (2007) constatou, ao entrevistar um dos caciques da TI Mangueirinha, localizada nos municípios de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho, no Paraná, que pessoas da própria região não conheciam esses indígenas e imaginavam que eles vivessem nus, utilizando apenas adornos de pena. Isso demonstra que há certo desconhecimento, por parte da população brasileira como um todo, seja acerca do modo de vida atual nas comunidades indígenas, seja sobre as diferenças entre as etnias indígenas.

Pôde-se perceber que os próprios indígenas, por vezes, consideram essas mudanças como algo positivo. Um indígena entrevistado por Baggio (2007) disse que, por meio da divulgação da comunidade com a atividade turística, os Kaingang poderiam mostrar à população, em geral, que o “índio já conseguiu melhorar”, ao se referir ao fato de não viverem como os indígenas do imaginário social.

Ainda sobre esse fato, e sobre os Kaingang, um dos entrevistados por Baggio (2007) comentou que, no início das operações turísticas na TI Mangueirinha, houve certa estranheza por parte dos visitantes, bem como preconceito por parte dos familiares (como, por exemplo, pais de alunos que ficavam receosos ao saber que seus filhos visitariam uma comunidade indígena). Esse fato reforça a perspectiva de que há desconhecimento por parte da população brasileira, e esse desconhecimento gera um preconceito. E pode-se dizer que, tratando-se de conceito pré-formulado de maneira negativa, as pessoas podem se recusar a visitar comunidades indígenas.

Santos (2010), por sua vez, averiguou que, apesar da visita não durar mais do que duas horas, os turistas, unanimemente, agradeceram pela oportunidade de visitar os *Sateré-Mawé*, deixando a impressão de que estavam satisfeitos com a experiência.

Apesar de, aparentemente, serem a visão e o comportamento do turista os principais balizadores da relação entre visitantes e visitados, não se pode deixar de mencionar a opinião que os membros da comunidade receptora têm sobre os turistas. Os Pataxó da Barra Velha, por exemplo, disseram ter satisfação em serem visitados, entretanto, por vezes, afirmavam a Grünewald (1999) que os turistas eram bons apenas porque compravam suas peças de artesanato, ou seja, seu dinheiro era mais visado do que sua presença de fato.

Sem fazer juízo de valor, não se pode negar, analisando a tese de Grünewald (1999) e de Neves (2012), o caráter comercial da relação entre os Pataxó e os visitantes. Essa mesma característica foi identificada na RI de Dourados, onde um dos entrevistados por Nunes (2006) afirmou que o turismo só era bom porque dava dinheiro. Pode-se inferir, então, que, para esse sujeito, os turistas seriam dispensáveis, caso não contribuíssem para sua geração de renda, o que é compreensível, tendo em vista que a atividade turística surge como uma alternativa de renda para as comunidades.

Essa situação não difere muito da vivida na aldeia *Puiwa Poho*, em Feliz Natal, Mato Grosso, estudada por Nunes (2006). Essa aldeia, planejada e implementada visando exclusivamente ao atendimento a turistas, constitui-se em uma espécie de “parque temático indígena”, no entanto, o maior diferencial – e, nesse caso, um diferencial negativo – refere-se ao fato de esse empreendimento ser privado e pertencer a um empresário não indígena, que transforma os indígenas em “espetáculos vivos”.

No caso dos Kaingang de Iraí, como já abordado, os membros da comunidade se mostraram conscientes do medo que afligia os visitantes. Por essa razão, esses indígenas classificaram como positiva a visita daqueles que desciam dos automóveis, pois assim não se sentiam tratados como animais em um zoológico, e também podiam conversar com esses visitantes e falar sobre o artesanato, a terra, a cultura, conforme relato de Lac (2005). Essa investigadora aponta que o que os Kaingang estavam buscando, com a atividade turística, era o respeito a sua cultura e a seu povo, o reconhecimento étnico. Também almejaram ter voz – “o turismo é a nossa arma”, como ressaltado por um de seus entrevistados. Assim, supõe-se que, para esse respeito ser desenvolvido, é imprescindível, antes de tudo, o diálogo, e é isso que os Kaingang demonstraram desejar.

Na TI Mangueirinha se expressou a mesma expectativa, sendo afirmado que o conhecimento poderia levar ao respeito e que o turismo avivaria a possibilidade de visitados e visitantes realizarem um intercâmbio, o que, na visão de um dos entrevistados, seria algo positivo (BAGGIO, 2007).

A satisfação com o intercâmbio também foi constatada por Jesus (2012). Um visitante entrevistado por esse pesquisador afirmou ter percebido que os indígenas gostavam da presença de não indígenas, pois era um modo de realizar intercâmbio e que, aparentemente, viver isolados não era algo positivo para os Kadiwéu, habitantes da Reserva Indígena (RI) Kadiwéu, em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. Um indígena entrevistado por esse pesquisador afirmou que gostaria muito de receber turistas, o que já havia feito, e que o turismo seria algo benéfico para as mulheres artesãs.

Também há regras a serem seguidas pelos turistas, como aponta Leandro (2011). Para os Paiter-Surui, da TI Paiterey Karah, localizada nos municípios de Cacoal e Espigão do Oeste (Rondônia) e Rondolândia (Mato Grosso), era essencial que os visitantes adotassem uma determinada postura, como não jogar lixo em lugares indevidos e não entrar com drogas, bebidas alcoólicas ou armas na comunidade. Pode-se afirmar que as regras impostas pelas comunidades devem ser cumpridas, caso contrário haverá irritação por parte dos visitados, podendo gerar descontentamento com a atividade turística como um todo.

Há também comportamentos que, apesar de não serem proibidos, geram desconforto aos visitados, como é o caso dos Pataxó da Coroa Vermelha, que se sentiam constrangidos com o avanço dos turistas em direção à aldeia (saindo do espaço do Parque Indígena e se aproximando das moradias), situação em que os indígenas tratavam de indicar-lhes o caminho de volta, além de cercarem os visitantes de olhares curiosos ou reprovadores (NEVES, 2012). Uma das razões dessa reprovação, como afirmado por um entrevistado, é que alguns visitantes abordavam as mulheres Pataxó com perspectiva sexual; outros ingeriam bebidas alcoólicas ou usavam drogas na presença de crianças, atitudes reprovadas pela comunidade. Portanto, infere-se que a relação harmoniosa entre visitantes e visitados e o grau de satisfação da comunidade receptora com a atividade turística estão intrinsecamente relacionados ao respeito às regras e à cultura dos visitados.

Quanto à relação entre os indígenas e os visitantes, salienta-se, assim como abordado por Baggio (2007) sobre os indígenas da TI Mangueirinha, que os indígenas interagem de modo bastante intenso com não indígenas e que, por isso, a relação com os visitantes não trazia estranheza de sua parte, ao

contrário se alguma estranheza ocorresse, ela se dava por parte do visitante, em função de seu imaginário e das expectativas em relação à comunidade visitada.

Por fim, há também o contato do visitante com o não indígena, geralmente como guias de turismo. Esses agentes intermediários são importantes para o entendimento da dinâmica sociocultural local, porém, eles podem passar uma imagem errônea dos indígenas, o que reforçaria o preconceito. Um exemplo disso são os guias que acompanhavam os visitantes na RI de Dourados. Segundo Nunes (2006), os guias recebiam instruções básicas e não muito precisas sobre as etnias que estavam habitando essa RI e, por essa razão, não estavam sendo capazes de transmitir a essência de sua cultura.

Nesse aspecto, também se pode tomar como exemplo o que se verificou ocorrer na aldeia Marçal de Souza (LACERDA, 2004). Durante as visitas ao Memorial da Cultura Indígena, perdia-se a oportunidade de serem explicadas as causas e as problemáticas indígenas, bem como de promover o intercâmbio cultural, uma vez que os monitores não eram indígenas, segundo pesquisa de Lacerda (2004). Para esse pesquisador, seria preciso integrar os visitantes e os Terena para promover efetivamente o conhecimento e, conseqüentemente, o respeito à cultura desse povo, por isso, tanto a comunidade quanto os interlocutores deveriam ser preparados para essa integração.

Neves (2012), por sua vez, relata que os guias de uma importante operadora e agência turística com expressiva inserção no mercado nacional, que acompanhavam turistas ao Centro de Artesanato dos Pataxó em Coroa Vermelha, aconselhavam os turistas a não comprar artesanato, justificando se tratar de artigos de baixa qualidade.

Há, nesses casos, um distanciamento entre visitantes e visitados. Porém, em outros casos, ocorre o contrário. Em Olivença, distrito de Ilhéus, Bahia, a interação entre os Tupinambá e os turistas era inevitável, pois, além das manifestações públicas organizadas por esses indígenas, alguns deles trabalhavam e praticavam atividades de lazer nos mesmos locais visitados pelos turistas (RAMOS, 2008). Nesse último caso, há uma relação não mercadológica, o que, possivelmente, facilita diálogo para ambas as partes.

De modo geral, percebeu-se que a relação entre visitantes e as comunidades indígenas preocupou mais os estudiosos e o poder público do que as próprias comunidades indígenas. Também, apesar de haver um discurso (quase) homogêneo dentro das comunidades, no que se refere a essa relação, há de se levar em consideração que cada membro dessas comunidades tem uma opinião individual, por isso, mesmo no caso em que o turismo está sendo desenvolvido, isso não significa que tal atividade é avaliada positivamente por todos os visitados.

A relação entre comunidades indígenas e demais atores: percepções de pesquisadores brasileiros

Embora não seja o foco do artigo, a partir das análises realizadas, compreendeu-se ser interessante destacar outras relações, para além da que ocorre entre visitantes e visitados, uma vez que elas impactam tanto ou mais que os turistas nas mudanças socioculturais, como, por exemplo, as relações com o poder público, com o empresariado e com a população local não indígena, apresentando-se na sequência alguns fatos expressivos verificados na análise das dissertações e teses sobre o turismo em áreas indígenas no Brasil, que compuseram o corpus da presente pesquisa.

No que tange à relação com o poder público, percebeu-se que o tipo da relação dos indígenas com o poder público local dependeu da característica de cada povo. Um dos prefeitos entrevistados por Baggio (2007) constatou que os Guarani M'bya eram bastante reservados, não interagindo com não indígenas e apresentavam reservas até mesmo para procurar os serviços públicos essenciais. Já os Kaingang mantinham relações abertas e interagem com a comunidade local e, conseqüentemente, com o poder público.

Percebeu-se também que, por vezes, a relação entre indígenas e o poder público foi conflituosa. Em Santa Cruz Cabrália e em Porto Seguro, as gestões atuantes quando da pesquisa de Grünewald (1999) não enquadravam os Pataxó como atração turística, exceto pela venda de suvenires. Também não havia nenhum plano ou projeto em que constassem as comunidades Pataxó como referencial histórico ou atração cultural.

Outras vezes, o poder público desejava promover os indígenas, mas de modo não muito adequado. Lac (2005) constatou, mediante um relato, que, quando os Kaingang de Iraí viviam ao lado do balneário, o então prefeito sugeriu cercar a comunidade para que os indígenas se mantivessem o mais “tradicional” possível e cobrassem pela entrada de visitantes, tratamento esse que, para o entrevistado, assemelhou-se ao dispensado a animais em um zoológico.

Em outros casos, o Estado age em prol das comunidades indígenas, mas com a participação mínima ou sem a participação dos indígenas, como ocorreu com a RI de Dourado. Conforme relata Nunes (2006), o poder público municipal teve intenção de desencadear parcerias para elaboração de pesquisas sobre a cultura indígena, bem como de criar condições necessárias para a valorização e para a divulgação das tradições culturais. No entanto, não ocorreu uma consulta “real” aos indígenas e, nesse processo, alguns indígenas não compreenderam ou não aceitaram o projeto, se sentiram excluídos e começaram a expressar o descontentamento com ele.

Outra relação conflituosa percebida pelos pesquisadores foi dos indígenas com a iniciativa privada, seja diretamente ligada ao setor do turismo ou não. Por vezes, algumas empresas turísticas ignoram a existência de indígenas; outras respeitam os indígenas e recomendavam o passeio; e havia ainda as que causavam indignação entre os indígenas, como constatou Grünewald (1999), a respeito de um proprietário de casa de espetáculo interessado em colocar mulheres Pataxó seminuas para dançar. Ademais, havia empresas que “se apropriam” dos indígenas como se fossem um atrativo seu, assim como identificou Lac (2005) acerca de hotéis de Iraí que levavam os turistas à comunidade como se fossem proprietários dela.

Contudo, consideram-se mais impactantes os casos em que os funcionários de empresas turísticas incitam o preconceito. Nunes (2006) verificou que era comum se obter informações acerca da RI de Dourados nos hotéis da cidade, mas, geralmente, negativas, apontando os indígenas como bravos, bêbados, sujos, como pessoas que viviam em condições desumanas, entre outros termos pejorativos. Havia também acusações de crimes, como estupro de mulheres não indígenas. Quanto a isso, uma pessoa ligada ao poder público municipal afirmou que, apesar da crença de que a redução de turistas em Dourados era devida à falta de infraestrutura do município, a manutenção da imagem negativa dos indígenas contribuiu significativamente para isso.

Lustosa (2012) relata uma relação mais conflituosa, que aqui se entende como resultado da especulação imobiliária (ainda que visando, em parte, ao turismo), e não do turismo em si. O autor menciona um empreendimento imobiliário que, além da constante busca pela ocupação da TI e da insistência em afirmar a não existência de indígenas na região, contava com fazendas de camarões dentro da TI Tremembé de

São José e Buriti. Ainda que pareça impactar mais no âmbito ambiental, isso prejudicava as práticas tradicionais dos Tremembé, como a pesca do caranguejo (mangues foram privatizados), e também houve interferência no trabalho da roça e na caça, que se encontrava escassa (LUSTOSA, 2012).

Os Jenipapo-Kanindé, apesar de terem superado o conflito territorial outrora existente, estavam sendo afligidos, primeiramente, pela oposição do empresariado cearense, que negava sua existência e, além disso, foram vítimas do uso indevido da água da Lagoa da Encantada por uma empresa (LUSTOSA, 2012). Nesse caso, conforme essa autora, além da degradação ambiental, o ecossistema foi fundamental, pois estava relacionado à segurança alimentar, à identidade cultural e ao cotidiano da comunidade. Portanto, infere-se que, por vezes, o impacto causado por empresas – turísticas ou não – é mais forte do que os potenciais impactos causados pelos visitantes.

Por fim, menciona-se a relação dos indígenas com a população local. Grunewald (1999) expõe que, em Santa Cruz Cabralia, os moradores “nativos” tinham uma postura ofensiva em relação aos Pataxó; a população carente da região não aceitava o fato de os indígenas terem proteção especial do Estado, acusava-os de práticas inadequadas, como alcoolismo, corrupção, uso de drogas, entre outras. Os conceitos negativos também eram oriundos dos empresários ligados aos setores imobiliário, fundiário e comercial, que acusavam os Pataxó de serem “misturados aos brancos”. Além disso, verificou-se haver discriminação em relação às crianças, no colégio local, havendo, conforme Grunewald (1999), uma “discriminação velada” aos alunos indígenas. Conseguir um trabalho também se tornava difícil e, comumente, os moradores de Coroa Vermelha, indígenas ou não, mentiam dizendo ser de Santa Cruz Cabralia para não serem discriminados, como indígenas. O preconceito também foi relatado a Santos (2010) por uma jovem indígena, que relatou ter ouvido piadas referentes ao fato de ser indígena, porém, a entrevistada afirmou que todos tinham orgulho de ser Sateré-Mawé.

Ainda sobre os Pataxó, os não indígenas não outorgavam legitimidade a projetos turísticos indígenas, não considerando a cultura indígena suficientemente atraente para as possibilidades de turismo (GRUNEWALD, 1999). Já no caso do bairro Marçal de Souza, a localidade não era conhecida pelos habitantes de Campo Grande por esse nome, mas sim como “bairro onde moram os índios”, promovendo, assim, a ideia de uma espécie de gueto, um espaço caracterizado pela ocupação de uma população “diferenciada” (LACERDA, 2004).

Em relação a essas comunidades inseridas em um centro urbano, pode-se perceber que havia um senso comum de que os indígenas que vivem nesse espaço “não são mais índios”. Em Dourados, estudiosos e moradores se preocupavam com o fato da RI de Dourados ser próxima à cidade e se isso tornaria possível a preservação cultural (NUNES, 2006). Essa ideia parece estar ancorada no mito de que indígena deve viver em meio à mata, pescando e caçando.

No caso dos Kaingang de Iraí, Lac (2005) constatou que os moradores desse município lembravam saudosamente do tempo em que esses indígenas moravam ao lado do balneário e que foram criados juntos. Segundo a pesquisadora, a sociabilidade da comunidade Kaingang era mais intensa com moradores da zona rural e com a camada menos favorecida economicamente, pois, além da proximidade física dos territórios, eles frequentavam os mesmos espaços, como bailes e jogos de futebol na TI. Porém, não havia um interesse pela história e pela cultura dos Kaingang; poucos moradores conheciam a história do município, menos ainda se interessavam em conhecer os indígenas, mesmo quando estes se mostravam dispostos a realizar apresentações gratuitas para as escolas do município (LAC, 2005).

Assim, pode-se constatar que a relação entre as comunidades indígenas e a população não indígena, principalmente dos municípios onde seus territórios estão inseridos, é bastante acentuada; em alguns casos, tendo expressivo preconceito e, em outros, uma relação amistosa.

Considerações finais

As relações entre visitantes e visitados, em especial nas comunidades indígenas brasileiras em que se verifica o fenômeno, se trata de um tema complexo e delicado, que instiga reflexões.

A distinção, ou seja, a mesma cultura que une como meio de comunicação entre os povos os afasta como instrumento de distinção (BOURDIEU, 1989), a denominada fronteira étnica produz interesse de desenvolvimento da atividade turística pela busca do diferente, do não usual ou do exótico. Verificou-se nas dissertações e teses analisadas que o cerne dos problemas das relações entre visitantes e visitados situa-se, em primeiro lugar, na fronteira étnica e, dentro disso, no desconhecimento a respeito das culturas indígenas, nos estereótipos criados e no temor existente em diversos turistas a respeito dos indígenas, o que tem origem nas concepções a respeito dos povos indígenas. Em segundo lugar, mas não menos importante, tem-se o poder assimétrico entre os atores, que diz respeito não apenas ao âmbito social e cultural, mas também econômico.

Foi possível analisar que, em alguns casos, o turista nem mesmo interagia com as comunidades visitadas, destarte, a dificuldade de que o visitante saia da “região de fachada” e vivencie com maior profundidade a experiência se enaltece nos casos onde os indígenas são observados com pouca ou sem nenhuma interação.

Por outro lado, assim como verificado na revisão bibliográfica, a cultura é dinâmica, estando em constante modificação (CUCHE, 1999), seja por assimilação de novos traços culturais ou por abandono de traços culturais antigos, ou mesmo pelas descobertas e invenções endógenas, seja por interiorização de traços alheios no contato com outros grupos, a cultura não é vivenciada passivamente pelos atores sociais, pois, a cultura, enquanto produção histórica do fazer dos homens, é pautada nas relações sociais e, conseqüentemente, permeada pelos impactos advindos das relações que os indivíduos e os grupos estabelecem.

No caso do turismo em comunidades indígenas, alguns pesquisadores verificaram a surpresa ou incompreensão por parte dos turistas a respeito do modo de viver dos indígenas atualmente. Novamente se ressalta que tal atitude decorre do desconhecimento a respeito desses povos, bem como do fetichismo criado a partir da imagem do “índio de 1500”, ou até mesmo de algumas etnias brasileiras que são mais similares ao que habita o imaginário do não indígena.

Não obstante, embora a pesquisa tivesse como objetivo analisar as relações entre visitantes e visitados, constatou-se que outros atores interferiam significativamente nas comunidades indígenas e, com isso, lançou-se brevemente um olhar sobre essas relações. Embora houvesse conflitos e estes serem principalmente – mas não exclusivamente – relacionados à questão territorial, pelo que pôde ser percebido nas análises, determinadas relações eram harmoniosas; algumas gestões, geralmente municipais, se mostrando não favoráveis às questões indígenas; outras, porém, eram favoráveis e auxiliavam os indígenas, inclusive no âmbito das relações turísticas.



A partir da presente pesquisa toma-se a liberdade de afirmar que o poder público é o agente que mais exerce impacto por ser um agente regulador, que se torna um potencial promotor de mudanças positivas ou negativas, o qual possui a responsabilidade, por motivos diversos, de promover o bem-estar das populações, inclusive e principalmente as populações indígenas, estejam envolvidas ou não com o fenômeno turístico.

No caso dos empresários (iniciativa privada) da área do turismo, em alguns lugares, a parceria entre hotéis e agências de viagens e as comunidades indígenas foi mais intensa do que em outros. Dependeu, por vezes, da iniciativa privada, o sucesso do desenvolvimento turístico nas comunidades indígenas, porém, não raro, ocorram conflitos territoriais por conta do uso e apropriação dos recursos e do próprio território, entre esses atores e a comunidade indígena.

No que diz respeito à população não indígena local, a relação também não chegava a ser conflitiva. Embora ocorressem casos de preconceito e a população não indígena acreditasse, por vezes, que as comunidades indígenas não fossem mais de “índios autênticos”, na maioria dos casos, aparentemente, havia certa harmonia nas relações estabelecidas entre eles. Não se deve deixar de mencionar que essas relações contribuem para as alterações socioculturais, podendo-se inferir que as alterações socioculturais se dão tanto nas relações harmoniosas quanto nas conflituosas entre visitantes, sejam eles turistas ou não, e os visitados, comunidades indígenas brasileiras.

Por fim, o presente artigo traçou um panorama geral dos resultados de teses e dissertações brasileiras sobre a relação entre atores nas comunidades indígenas brasileiras, em especial entre os atores envolvidos na atividade turística. Compreende-se a necessidade de maior exploração em pesquisas futuras sobre o turismo enquanto prática de alteridade, além de questões de suma importância como as relações de poder e alterações no modo de vida das populações visitadas. Faz-se mister observar o fenômeno turístico com olhar crítico, a fim de preencher lacunas e diminuir impactos negativos decorrentes da atividade.

Referências

ARCHER, B.; COOPER, C.; RUHANEN, L. The positive and negative impacts of tourism. In: THEOBALD, W. F. (Ed.). **Global Tourism**. 3th ed. Burlington (EUA): Elsevier Science, 2005. p. 79-102.

BAGGIO, A. J. **Ecoturismo: alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha**, PR. 178 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cpo43493.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Aniero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: nem anfitriões nem convidados. In: REUNIÃO BRASILEIRA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25. **Anais...** 2006, Goiânia.

_____. **Turismo y cultura: relaciones, contradicciones y expectativas**. Tenerife, Espanha: ACA/PASOS/RTPC, 2007. Disponível em: <http://issuu.com/pasosonline/docs/psedita1_1>. Acesso em: 25 maio 2015.

LEANDRO, E. L. **Ecoturismo indígena e gestão territorial, contribuições participativas da terra indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro)**. 134 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.

LUSTOSA, I. M. C. **Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará**. 281 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://www.academicoo.com/artigo/os-povos-indigenas-o-turismo-e-o-territorio-um-olharsobre-os-tremembe-e-os-jenipapo-kaninde-do-ceara/>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

MARTÍNEZ MAURI, M. Molas, turismo y etnicidad entre los gunas de Panamá. Nuevos modos de relación con los emblemas identitarios. In: ASENSIO, R. H.; PÉREZ GALÁN, B. (Ed.). **El turismo es cosa de pobre?** Patrimonio cultural, pueblos indígenas y nuevas formas de turismo en América Latina. Colección PASOS edita, n. 4. Tenerife, p. 15-33, 2012. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita8.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

NASH, D. El turismo considerado como una forma de imperialismo. In: SMITH, V. L. **Anfitriones e invitados: antropología del turismo**. Madrid: University of Pennsylvania Press/Ediciones Endymion, 1989. p. 69-91.

NEPAL, S.; SAARINEN, J.; MCLEAN-PURDON, E. Introduction: political ecology and tourism – concepts and constructs. In: NEPAL, S.; SAARINEN, J. **Political ecology and tourism**. New York: Routledge, 2016. p. 1-15.

NEVES, S. C. **A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição**. 213 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

NUNES, R. G. A. **O turismo como prática social em território indígena: uma análise comparativa entre a Reserva Indígena de Dourados-MS e a aldeia Puiwa Poho em Feliz Natal-MT**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006. Disponível em: <<http://livroso1.livrosgratis.com.br/cp120114.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

RAMOS, K. V. **A construção do espaço turístico: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença (Ilhéus – BA)**. 143 p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Cultura) – Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2008. Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/karen_ramos_pdf.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2015.

SANTANA TALAVERA, A. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 31-57, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a02.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SANTOS, L. C. **Sahu-Apé e o turismo em Terras e comunidades indígenas**. 255 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em: <<http://www.ppgas.ufam.edu.br/attachments/article/31/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Luciano%20Cardenes%20-%20Sahu-Ap%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

VAN DEN BERGHE, P. L.; KEYES, C. F. Introduction: tourism and re-created ethnicity. **Annals of Tourism Research**, v. 11, p. 43-352, 1984. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738384900264>>. Acesso em: 06 jul. 2015.